



Seminário “A Universalização do Acesso à Informação pelo Uso das Telecomunicações”

O Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica promoverá, em 29 de setembro de 2009, o Seminário “A Universalização do Acesso à Informação pelo Uso das Telecomunicações” com o objetivo de discutir propostas de políticas públicas para a democratização do acesso à banda larga no País. Na oportunidade, parlamentares, autoridades do Poder Executivo e representantes da iniciativa privada e da sociedade civil terão a oportunidade de debater as principais demandas da população brasileira pelo serviço de banda larga, a viabilidade técnica e econômica da oferta universal das soluções tecnológicas disponíveis e as alternativas regulatórias e legais necessárias para estimular a democratização do acesso ao conhecimento no País.

Painel de abertura

Decorridos mais de dez anos da reestruturação do modelo de prestação dos serviços de telecomunicações no País, já há sinais evidentes de que o marco regulatório do setor carece de aperfeiçoamentos. Na década passada, o principal foco das atenções dos agentes públicos e privados estava centrado nos serviços de voz, até então considerados aqueles de maior interesse para a sociedade brasileira. Hoje, com o avanço da convergência tecnológica, a telefonia continua a exercer papel preponderante no mercado de telecomunicações, mas a banda larga emerge rapidamente como o serviço com maiores perspectivas de crescimento. Diante desse quadro, qual seria o papel do Poder Público e da iniciativa privada neste cenário de transformações? Há necessidade da adoção de uma política pública específica para estimular a universalização da banda larga no País? Quais são as alternativas tecnológicas e regulatórias disponíveis para promover a democratização do acesso à informação no Brasil?

Painel “Sociedade” – Necessidades de acesso à banda larga

A massificação do acesso à banda larga é condição indispensável para a inserção da sociedade brasileira na chamada Era do



Conhecimento. Os serviços eletrônicos de governo, os programas de educação a distância e os portais de informação e de relacionamento são apenas algumas das aplicações que ilustram os benefícios da Internet para a população. Porém, as dimensões continentais do território brasileiro e as disparidades sociais e regionais tornam extremamente complexa a tarefa de elaboração de uma política pública destinada a reduzir as desigualdades no acesso às tecnologias da informação e comunicação. Além disso, embora já exista consenso sobre a necessidade da implementação de medidas de estímulo à inclusão digital no País, ainda há carência de indicadores precisos que atestem as reais “demandas digitais” da sociedade brasileira. Para tanto, é imprescindível ouvir os diversos segmentos sociais e agentes públicos envolvidos com o assunto. É igualmente importante esclarecer algumas questões essenciais pertinentes à matéria: qual é o papel do Estado – União, estados e municípios – no processo de disseminação da banda larga? Como popularizar os programas de educação a distância via Internet? Quais são as principais demandas de aplicações de Internet em localidades remotas e rurais? Quais são as dificuldades de acesso à banda larga nas periferias dos grandes centros urbanos? Como tornar as aplicações de governo eletrônico acessíveis para a maioria da população? Quais são os principais entraves legais e regulatórios à massificação da banda larga? Como os preços cobrados pelas operadoras afetam a disseminação do serviço?

Painel “Tecnologias” – Soluções tecnológicas disponíveis para a universalização da banda larga

O aumento na demanda mundial por serviços de banda larga acelerou a pesquisa e o desenvolvimento de sistemas de comunicação de grande eficiência e confiabilidade a custos relativamente baixos. Esse cenário vem ampliando a fronteira de oportunidades de negócios para as empresas fornecedoras de produtos e serviços de telecomunicações. Porém, as novas tecnologias ainda estão disponíveis apenas para uma parcela restrita da população brasileira. Enquanto nos grandes centros urbanos já é possível observar certa profusão na oferta de serviços de telecomunicações, nas localidades remotas e rurais, ainda não há prestação de banda larga a preços acessíveis. Diante desse cenário, faz-se necessário discutir as soluções tecnológicas mais adequadas às demandas da sociedade brasileira, de acordo com as distintas realidades de renda dos cidadãos e de localização geográfica



dos domicílios. Sob esse prisma, é essencial que representantes da indústria e das operadoras de telecomunicações tenham oportunidade de esclarecer a sociedade brasileira sobre questões relevantes atinentes ao tema: considerando aspectos técnicos e econômicos, qual é o potencial de cada tecnologia para a disseminação da banda larga no Brasil? Quais são as experiências mais bem sucedidas de uso das tecnologias da informação e comunicação para a promoção da inclusão digital? De que maneira as novas tecnologias, como o Wimax, podem contribuir no processo de democratização do acesso ao conhecimento? Quais são os principais entraves legais e regulatórios à popularização da banda larga?

Painel “Políticas Públicas e Regulação” – Alternativas para a universalização da banda larga

O debate sobre a necessidade de universalização do acesso à banda larga encontra-se na ordem do dia da agenda política de diversos países do mundo. Mesmo em nações com tradição notadamente liberal, os governos têm participado ativamente dessa discussão. Nesse sentido, algumas questões fundamentais merecem reflexão dos responsáveis pela elaboração e implementação de políticas públicas no setor de telecomunicações: que ações já foram adotadas pelos governos e pela iniciativa privada para promover a oferta do serviço de banda larga no País? Quais foram os resultados obtidos? Como maximizar o uso dos recursos tecnológicos disponíveis, tais como as redes cabeadas já existentes e o espectro de radiofrequências? Qual a importância do estabelecimento de uma política nacional de banda larga e de uma coordenação centralizada das iniciativas de inclusão digital? A universalização é viável do ponto de vista técnico e econômico? Qual é o custo da universalização da banda larga? Qual é o custo social da ausência de uma política nacional de massificação da banda larga? Quais são as possíveis fontes de financiamento para os programas de universalização da banda larga? Quais são os entraves da legislação vigente que dificultam a democratização no acesso à banda larga? Quais são as alternativas tecnológicas e regulatórias disponíveis para acelerar o processo de inclusão digital? Qual é o papel do Estado e do setor privado no desenho e na implementação de uma política de inclusão digital? Qual é a viabilidade do uso das redes de telecomunicações controladas pelo Estado para promover projetos de massificação da Internet? Como estabelecer uma



CÂMARA DOS DEPUTADOS
CONSELHO DE ALTOS ESTUDOS E AVALIAÇÃO TECNOLÓGICA

política de universalização da banda larga que considere as diversidades econômicas, sociais, culturais e geográficas da população brasileira? Há ambiente político para a construção de uma política nacional de banda larga?